



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

SÂNGELA MACEDO CAJADO

**UMA REFLEXÃO ACERCA DA LITERATURA INFANTOJUVENIL COMO
FERRAMENTA NO PROCESSO COGNITIVO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL**

Itaituba – PA

2019

SANGELA MACEDO CAJADO

**UMA REFLEXÃO ACERCA DA LITERATURA INFANTOJUVENIL COMO
FERRAMENTA NO PROCESSO COGNITIVO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciada Plena em Letras.

Orientadora: Prof.^a Esp. Maria Danielle Lobato
Paes.

Itaituba – PA

2019

CAJADO, Sângela Macedo

Uma reflexão acerca da literatura infantojuvenil como ferramenta no processo cognitivo de alunos com deficiência intelectual / Sângela Macedo Cajado – Itaituba: FAI, 2019.

47 f.:

Orientadora: Maria Danielle Lobato Paes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Itaituba-FAI, 2019.

1. Literatura infanto-juvenil. 2. Deficiência Intelectual. Paes, Maria Danielle Lobato. II. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR – PA, 2019

SÂNGELA MACEDO CAJADO

**UMA REFLEXÃO ACERCA DA LITERATURA INFANTOJUVENIL COMO
FERRAMENTA NO PROCESSO COGNITIVO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciada Plena em Letras.

Orientadora: Prof.^a Esp. Maria Danielle Lobato
Paes.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____

Prof.^a Maria Danielle Lobato Paes, Especialista

Avaliadora 1: _____ Nota: _____

Prof.^a. Walbea Lucia Lobato Martins

Avaliadora 2: _____ Nota: _____

Prof.^a. Ma. Caren Alessandra Kluska

Resultado: _____ Média: _____

Data: 01 de abril de 2019

*Aos meus pais, Edilson Roza
Cajado e Zoraide de Moura Macedo, por
serem a razão da minha existência e do
meu sucesso.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser meu Ajudador e Provedor em todos os momentos, porquê sem Ele eu não seria e nem faria nada.

Aos meus pais a quem eu dedico também a vida e este trabalho, os quais estiveram sempre me apoiando em todos os meus objetivos e sonhos, os quais nunca me desampararam, juntamente com meus irmãos Emerson, Sandy e Samila.

Agradeço as minhas amigas Ângela, Hanna, Angélica, meus pastores Gildázio e Lucineide, por sempre serem bons ouvintes e conselheiros.

Agradeço também ao homem que sempre esteve ao meu lado mesmo que no final dessa trajetória, o qual me aconselhou, me ouviu chorar, me incentivou, me ajudou das diversas maneiras possíveis, meu amor, Júnior.

Agradeço a minha igreja em nome dos meus pastores Daniel e Rose por terem sido compreensivos e compassivos nos momentos em que estive ausente, e que ainda assim puderam e estiveram me apoiando.

Agradeço também aos meus colegas de turma, Adrian, Aldeany, Paulo Henrique, Gisele e Milton, por todos os momentos que convivemos juntos e por essa conquista, onde pudemos ajudar uns aos outros.

Agradeço ao meu padrinho de faculdade, o “Joinha” que me presenteou com uma bolsa de estudos nesta instituição de ensino.

Meu coração também é grato, pela professora inestimável, competente e organizada, Danielle Lobato Paes. A qual sempre esteve ao meu lado, me incentivando, inspirando, sorrindo, e até mesmo enxugando minhas lágrimas, a qual se tornou além de orientadora, uma amiga.

Agradeço também à professora Claucilene Lopes por estar sempre me estimulando e incentivando a continuar. No momento mais difícil da vida acadêmica ela esteve ao meu lado, dando seu apoio.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente me ajudaram a conquistar esse objetivo, que tanto almejava.

A literatura possui uma função social de facilitadora da compreensão humana, possui uma função libertadora e que promove uma prática sócia cognitiva.

“Sinara Polom Zardo”

RESUMO

Esta pesquisa visa refletir como a literatura infantojuvenil vem sendo trabalhada dentro do Atendimento Educacional Especializado (AEE) com alunos que possuem Deficiência Intelectual (DI). Tendo como objetivo reconhecer que a Literatura Infantil possui o papel de integrar o indivíduo à imaginação e criatividade, causando sucesso nas ações pedagógicas, e assim refletir acerca da maneira como é utilizada a literatura infantil no processo de ensino aprendizagem dos alunos com Deficiência Intelectual. O estudo teve como metodologia a pesquisa qualitativa, descritiva nas salas de recursos de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na qual foi verificado o modo como a literatura infantojuvenil é trabalhada como instrumento/suporte de auxílio aos alunos com Deficiência Intelectual. Com essa investigação, foi possível compreender o que os estudiosos comentam a respeito da Deficiência Intelectual, entendendo qual tem sido o papel da Literatura Infantil na vida do aluno DI e de que maneira a literatura está sendo útil para o ensino aprendizagem desses alunos. Foi possível identificar fatores que remetem à reflexão do tema.

Palavras-chave: Literatura Infantojuvenil. Deficiência Intelectual. Atendimento Educacional Especializado.

ABSTRACT

This research aims to reflect how the children's literature has been worked within the Specialized Educational Assistance (AEE) with students who have Intellectual Disability (DI). The purpose of this study is to recognize that the Children's Literature has the role of integrating the individual to the imagination and creativity, causing success in the pedagogical actions, and thus to reflect on the way children's literature is used in the learning process of students with Intellectual Disability. had as methodology the qualitative and descriptive research in the resources rooms of Specialized Educational Attendance (AEE) in which it was verified the way in which the children's literature is worked as an instrument / support to help students with Intellectual Disability. With this research, it was possible to understand what scholars comment on Intellectual Disability, understanding what has been the role of Children's Literature in the life of the DI student and how literature is being useful for teaching learning of these students. It was possible to identify factors that refer to the reflection of the theme.

Keywords: Children's Literature. Intellectual Disability. Specialized Educational Assistance

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 CONHECENDO A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	11
2.2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NA ESCOLA	16
2.3 HISTÓRIA DA LITERATURA INFANTOJUVENIL	21
2.4 RELAÇÃO DA LITERATURA INFANTIL E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	26
3 METODOLOGIA	31
3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA	31
3.2 PERFIL DA PARTICIPANTE	32
3.3 LÓCUS DA PESQUISA	32
3.4 COLETA DE DADOS	34
4 RESULTADO E DISCUSSÃO	35
4.1 O QUE DIZ A PROFESSORA DO AEE	35
5 CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICE	45

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz a reflexão acerca da literatura infantojuvenil como ferramenta no processo cognitivo de alunos com Deficiência Intelectual. A escolha desse tema, é resultado do desejo de averiguar a maneira como essa literatura vem sendo utilizada nas Salas de Recursos Multifuncionais com os alunos que possuem essa deficiência.

O estudo objetiva investigar a respeito do uso da Literatura Infantojuvenil como processo de integração dos alunos com Deficiência Intelectual à imaginação e criatividade, causando sucesso nas ações cognitivas e pedagógicas e refletir acerca da maneira como esta é utilizada no processo de ensino aprendizagem dos alunos com Deficiência Intelectual (DI).

A proposta dessa pesquisa é mostrar que o aluno com Deficiência Intelectual pode compreender a si mesmo através da magia da Literatura Infantojuvenil, e assim, proporcionar aos mesmos a rentabilidade e absorção de conhecimento a respeito do mundo em que se vive, e a sociedade em que estão inseridos, visto que o indivíduo necessita conhecer a sociedade, e através dela, tornar-se um cidadão.

O ensino da Literatura como disciplina sempre teve seus percalços e dificuldades, desta maneira, vale salientar que há dificuldade maior no ensino desta disciplina a alunos com deficiência intelectual. Através deste trabalho, procura-se apontar tais dificuldades e obter conhecimento acerca desta realidade vivenciada por muitos alunos. Diante desta perspectiva há alguns questionamentos, dentre eles saber qual o papel da Literatura Infantil na vida do aluno e de que maneira essa literatura será útil para o ensino aprendizagem de alunos com Deficiência Intelectual.

Havendo diálogos teóricos sobre o respectivo tema, a revisão literária encontra-se pautada em autores como a Associação Americana de Deficiências Intelectuais e do Desenvolvimento (AAIDD) e Associação Americana de Retardo Mental (AAMR), Garcia (2008), Brasil (2009), Eagleton (2003), Coelho (2000), Colomer e Campos (2002), Lajolo (2018).

Essa pesquisa visa sondar qual o papel que Literatura Infantojuvenil tem desenvolvido na vida do aluno, descobrir o que os estudiosos comentam a respeito da Deficiência Intelectual, detectar a maneira que a literatura está sendo útil para o ensino aprendizagem de alunos com Deficiência Intelectual e qual o suporte que a

literatura infantojuvenil tem prestado ao AEE como recurso de formação de conhecimento dos alunos com DI.

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, encontram-se baseados em Gil (2010) e Cervo (2002), que trazem uma abordagem a respeito dos tipos de pesquisa usado nesse processo de coleta de informações e dados, na qual a pesquisa bibliográfica está presente como base principal dessa investigação, com o apoio das pesquisas qualitativa e descritiva. Inicialmente fez-se um diálogo teórico a respeito da temática e em seguida a aplicação do questionário, o qual se destinava à professora que atua na Sala de Recursos Multifuncionais do Atendimento Educacional Especializado da Escola professora Maria Oliveira de Mendonça.

O estudo iniciou por meio de pesquisa bibliográfica, na qual buscou-se encontrar argumentos teóricos sobre a temática em questão e para fazer a relação entre teoria e prática, como recurso, foi usado o questionário contendo dez (10) perguntas à professora que trabalha na Sala de Recursos Multifuncionais do AEE na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria Oliveira de Mendonça após a descrição dos dados encontrados, a pesquisa propõe um comparativo para argumentar os resultados descobertos.

O estudo foi dividido em cinco capítulos que reforçam e esclarecem as características do indivíduo em estudo, do ambiente em que esses indivíduos recebem o atendimento necessário, da literatura infantojuvenil e da relação entre a Literatura infantojuvenil com o processo cognitivo do DI.

O estudo expões de forma breve o conteúdo encontrado nessa pesquisa, o segundo capítulo cita as definições de Deficiência Intelectual, Atendimento Educacional Especializado e Literatura Infantojuvenil. No terceiro capítulo, encontra-se a parte da pesquisa de campo, a qual foi destinada para a profissional da área, com questionário para coleta de dados, no quarto capítulo possui argumentos analisados, registrados e pautados em teóricos a respeito da pesquisa. E o quinto capítulo está destinado aos argumentos conclusivos, que mostram a reflexão feita como sugere a pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONHECENDO A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

As definições de deficiência são extensas e diversas, ao longo dos anos, passaram por variadas terminologias, Oligofrenia, Retardo Mental, Atraso Mental, Deficiência Mental, são algumas delas. Com muitos estudos desenvolvidos por grandes pesquisadores, tanto da área da educação quanto na área da saúde e psíquica, conseguiram identificar algumas características da mesma, tentando enquadrar um conceito.

Conforme explicam Carvalho, Edler e Costa (2011), os especialistas da medicina definem o termo “deficiência intelectual” evidenciando fatores como transtornos metabólicos e disfunções neurológicas; os Psicólogos e profissionais desta área, interessados na maneira que o homem se comporta, desatacam a valia do desenvolvimento intelectual e social, com suas mensurações pertinentes; os pedagogos, evidenciam o grau ou a qualidade de educabilidade do indivíduo e relacionam o conceito deficiência intelectual ao de dificuldade de aprendizagem e deficiência no acompanhamento dos programas escolares.

Essa distinção de conceitos demonstra que o conceito varia conforme a perspectiva profissional que a define. A conceituação mais aceita na atualidade é do AAMD (Associação Americana de Deficientes Mentais) que tem como princípio orientador das organizações internacionais e da maioria dos trabalhos mais importantes do campo. Para a Associação Americana de Retardo Mental, (AAMR, 1992, p. 5):

Deficiência intelectual ou Deficiência Mental (DM- como não é mais chamada) é o estado de redução notável do funcionamento intelectual, significativamente abaixo da média, oriundo no período de desenvolvimento, e associado a limitações de pelo menos dois aspectos do funcionamento adaptativo ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade em comunicação, cuidados pessoais, competências domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões escolares, lazer e trabalho.

É perceptível que a nomenclatura “Doente Mental” deixou de ser adotada, e foi substituída por “Deficiente Intelectual”, termo mais propício para informar as limitações cognitivas e sociais comuns a esse grupo de pessoas. O que torna a

compreensão acessível no campo de estudo científico no que diz respeito a esse grupo de pessoas. A expressão “deficiente intelectual” significa que há um déficit no funcionamento do intelecto. Verdugo (1994) classifica a Deficiência Intelectual dentro dos quesitos da Organização Mundial da Saúde como sendo:

Quadro 1 – Classificação da Organização Mundial da Saúde

CLASSIFICAÇÃO DA OMS (Organização Mundial da Saúde)			
Coeficiente Intelectual	Denominação	Nível Cognitivo segundo Piaget	Idade Mental correspondente
Menor de 20	Profundo	Período Sensóriomotor	0-2 anos
Entre 20 e 35	Agudo grave	Período sensóriomotriz	0-2 anos
Entre 36 e 51	Moderado	Período préoperativo	2-7 anos
Entre 52 e 67	Leve	Período das Operações Concretas	7-12 anos

Fonte: <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/deficiencia-mental.htm> em 15 de março 2018.

O indicador do coeficiente de inteligência (QI) indicado no quadro acima, mostra que dependendo do nível que essa deficiência é classificada, cada indivíduo corresponderá a uma idade mental que se assemelhe com o seu QI, podendo variar, mas mesmo assim, acabam possuindo uma anomalia no cognitivo como o próprio Piaget ressalta no quadro supracitado.

Ainda para a Associação Americana de Retardo Mental, (AAMR, 1992), a Deficiência Intelectual pode ser causada ou despertada em três momentos: pré (durante a gravidez), peri (durante o parto), e pós-natais (após o nascimento);

- **FATORES PRÉ-NATAIS:** desnutrição materna; consumo de drogas e álcool; má assistência à gestante; doenças como rubéola, toxoplasmose; erros inatos do metabolismo; além de fatores genéticos como alterações cromossômicas genéticas.

- **FATORES PERI-NATAIS:** má assistência e traumas no parto; baixo peso e prematuridade; insuficiente oxigenação no cérebro.

- **FATORES PÓS –NATAIS** (do 30º dia de vida até o final da adolescência): desnutrição grave; envenenamento por remédios, produtos químicos; infecções como sarampo, meningoencefalites; acidentes de asfixia, afogamento, quedas.

Diante das informações expostas, pode-se levar em consideração, que a DI, não possuem uma só raiz de existência, mas que pode ser identificada e diagnosticada por meio de várias situações, o que faz necessário observação e atenção da parte dos pais, desde a gestação ao resto da vida.

Nestas perspectivas, Fonseca (1995) afirma que, no processo de identificação da deficiência, rastreio e despistagem prematura de circunstância da deficiência, podem ocorrer através de escalas de desenvolvimento, além da verificação e manutenção de determinadas condições, como a nutrição adequada antes, durante e depois da gestação, abolição de drogas, controle médico, supervisão e cuidados ao recém-nascido.

Entende-se que todas estas particularidades definem o acesso de todos os cidadãos aos cuidados da medicina, pois estão em jogo os seus potenciais, desenvolvimento físico e cognitivos, condições de vida, ensino – aprendizagem e habilidades humanas. Gonçalves e Machado (2012) descrevem as possíveis etiologias sobre os termos: pré; peri e pós-natal.

Quadro 2 – Descrição das etiologias pré, peri e pós-natal.

PRÉ-NATAL	PERINATAL	PÓS-NATAL
Biomédicas Desordens cromossômicas, genéticas e motoras, Síndromes, Idade parenteral.	Biomédicas Prematuridade, Lesão no nascimento, desordens neonatais.	Biomédicas Lesão traumática, desnutrição distúrbios, degenerativas desordens convulsivas.
Sociais Pobreza, Desnutrição materna, Violência doméstica, Falta de cuidados pré-natais.	Sociais Falta de acesso a recursos durante o parto.	Sociais Pobreza familiar, Falta de estimulação, Institucionalização.
Comportamentais Uso de drogas, álcool e fumo pelos pais, Imaturidade parenteral.	Comportamentais Abandono e rejeição pelos pais.	Comportamentais Abuso e negligência, Privação social, Problemas de comportamento.
Educacionais Prejuízo cognitivo dos pais, Falta de preparo para Paternidade.	Educacionais Falta de encaminhamento após alta hospitalar.	Educacionais Diagnóstico tardio, Serviços de intervenção precoce e educacionais tardios, Apoio familiar inadequado.

Fonte: Gonçalves e Machado (2012).

Assim como é exibido no esquema acima, muitas causas da deficiência intelectual, podem ser esquivadas por meio de algumas precauções nos diversos campos (médico, social, comportamental e educacional). A medida que os profissionais tomam conhecimento das causas, estes se tornam aliados

importantíssimos na prevenção, estimulação e orientação das pessoas com DI e suas famílias.

A Organização Mundial da Saúde - OMS (1995), caracteriza a Deficiência Intelectual (DI) por meio das terminologias das áreas dos transtornos da aprendizagem e do desenvolvimento, como resultados de condições de impedimento, em outros termos, como limitação em algum nível que compromete determinados desempenhos.

Nestes aspectos, a Deficiência Intelectual corresponde a uma habilidade em déficit, ausência ou anomalia. A DI é um tipo singular de deficiência, possuindo características distintas das demais deficiências; por isso não se usa o termo “pessoas com deficiências intelectuais”, mas sim “pessoas com deficiência intelectual”.

Conforme aponta Malloy-Diniz (2010), a deficiência intelectual é ocasionada por meio do desenvolvimento incompleto no funcionamento intelectual, ou seja, falha ou comprometimento das faculdades e habilidades do sujeito, que chegam a atingir as funções cognitivas, funções essas que correspondem à capacidade de aprender e compreender, as quais se estabelecem a partir do sistema nervoso central.

As funções cognitivas abrangem as capacidades de linguagem, aquisição da informação, percepção, memória, raciocínio, pensamento etc., as quais permitem realizar tarefas como leitura, escrita, cálculos, conceitualização, sequência de movimentos, dentre outras, e quando há a ausência dessas capacidades, o indivíduo possui uma grande probabilidade de ser um DI.

A Associação Americana de Deficiências Intelectuais e do Desenvolvimento (2018), postula que a Deficiência Intelectual não significa, necessariamente, uma incapacidade, já que esta faz referência a impossibilidade, mesmo que temporariamente, de execução específica. Já que as limitações podem variar, as possibilidades de adaptação e aprendizado, não são extremas, mas se justificam pela particularidade de cada indivíduo.

Desta maneira, pode-se considerar que a DI, possa até ser estrutural, mas não deve ser construída, pelo simples fato de possuir ausência de estimulação adequada, pois, por mais rígido que seja o comprometimento, a capacidade de aprendizagem é peculiar, o que não se pode generalizar, ou desenvolvida por terceiros.

Fletcher (2009), ressalta que as estatísticas da deficiência intelectual são sobretudo, marcadas por um intelecto comum comprometido, ou seja, danos cognitivos, que é o principal fator diagnosticado e que corresponde a: limitado raciocínio lógico, capacidade de planejamento reduzido, baixa fluidez da aprendizagem, dificuldade de memorização, déficit da capacidade expressiva, limitação no esquema corporal, capacidade de percepção prejudicada, etc.

Vale salientar através das informações supracitadas, que as pessoas que possuem DI, são marcados por uma série de restrições, comprometimento e alguns desequilíbrios, como nas: capacidades de responsabilidades, interdependência, ausência de papéis sociais, autonomia observância das regras sociais, autocuidado no que diz respeito à saúde e higiene, controle emocional, e demais aspectos que podem ser observados por meio de análises e estudos voltados à essas pessoas.

A Associação Americana de Psicologia (2014), afirma que o déficit no funcionamento adaptativo, envolve três domínios: conceitual, prático e social. O domínio conceitual refere-se ao raciocínio matemático, memorização, leitura e escrita, linguagem, solução de problemas; domínio prático relaciona-se ao aprendizado, cuidados pessoais, organização de tarefas, entre outros; domínio social está ligado à empatia, habilidade de comunicação, sentimentos, relacionamentos, etc.

Esses domínios se condensam em desenvolver com muita dificuldade, habilidades que as pessoas aprendem para atuar em sua rotina diária, compreender e expressar informações por meio de comportamentos simbólicos, como palavras faladas ou escritas e não simbólicas, como expressões faciais e movimentos corporais. O desempenho na comunidade são habilidades relacionadas ao uso apropriado dos recursos da comunidade, que também se encaixa nos domínios que o indivíduo possui uma certa falência.

Em virtude dos fatos mencionados, torna-se visível que a Deficiência Intelectual está ligada ao retardo cognitivo e não ao mental, como é de praxe da sociedade classificar. Também é notório observar que as limitações destas pessoas variam de indivíduo para indivíduo, e as possibilidades de adaptação não são tão extremas, apenas se justificam pela exclusividade de cada um, ou seja, cada indivíduo, dependendo da gravidade desta deficiência, lidará de maneiras diferentes uns dos outros.

2.2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NA ESCOLA

O ensino de pessoa com deficiência possui um grande relato de exclusão e abandono. Com a metodologia denominada de inclusão escolar, alunos com diferentes deficiências e necessidades educacionais especiais (NEE), são matriculados nas escolas regulares e precisam de um atendimento que os auxilie no processo de aprendizagem.

Existem alguns documentos que atualmente subsidem a política de inclusão por meio dos serviços especializados, principalmente, a “Resolução nº 4, de outubro de 2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial e o Decreto nº 7.611/11” (BRASIL, 2011, p. 12) que dispõe sobre a educação especial, atendimento especializado e outras providências.

Desta maneira, é cabível afirmar que a Educação Especial no Brasil possui um suporte pautado em decretos, o que torna essa metodologia de ensino uma das mais seguras e de grande significado dentro da sociedade em que hoje estamos inseridos, juntamente com as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, o que dá segurança aos mesmos.

Garcia (2008) explica que os suportes especializados a essas pessoas, mostram uma visão de inclusão escolar que considera a necessidade de evidenciar barreiras que têm impedido o acesso de alunos considerados diferentes, simplesmente por apresentarem um tipo de deficiência. Com o respeito à diversidade, o objetivo do trabalho educacional deve ser o de permitir acesso à educação a todas as crianças, jovens e/ou adultos.

Entretanto, o atendimento educacional oferecido nas salas de recursos tem se pautado em uma prática que tem a deficiência como ponto de partida. Silva (2003) discorre que o atendimento educacional possui a perspectiva de junção, um meio distinto de ensino e indicativos concretos de atendimento diversificado das possibilidades de aprendizagem dos alunos com deficiência.

Com o amparo da inclusão escolar, atualmente, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) dá destaque aos serviços personalizados aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais para viabilizar o ensino de maneira satisfatória. É fundamental que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) seja estendido a todos os alunos que

possuam alguma necessidade especial, a fim de que estas necessidades educacionais sejam atendidas com o intuito de que a aprendizagem seja efetivada.

De acordo com Brasil (2009) dados da Secretaria de Educação (MEC, online), afirma que de 2005 a 2009 foram autorizadas 15.551 salas de recursos multifuncionais, atendendo 4.564 municípios brasileiros. Destas salas 5.551, estavam em funcionamento em 2009 e as outras 15.000 estavam em processo de licitação, com previsão de entrega até 2010.

É notório a preocupação dos órgãos responsáveis em prestar serviços qualificados a essa classe de pessoas. Porém, há questionamentos que sempre surgem, como por exemplo: a quantidade das salas que estão em funcionamento; quantidade de profissionais qualificados para exercerem a profissão com alunos que precisam do dobro ou triplo da atenção dos mesmos; dentre outras dúvidas. Mas cabe a sociedade fazer jus ao decreto instaurado a esse público.

Em se tratando de leis nessa área, a Constituição Federal de 1988, sugere o Atendimento Educacional Especializado a esse público, dando preferência a rede regular de ensino. (BRASIL, 1998, p. 12). Já de acordo com Brasil (1996), a Lei 12.796/13, que modifica a LDB 9.394/96, a Educação Especial é vista como um módulo educacional escolar, oferecida, preferencialmente na rede regular de ensino, relevando, quando preciso, o apoio especializado em salas, escolas e serviços, objetivando sempre as especialidades dos alunos.

Há grande relevância ao apontar questões voltadas ao atendimento educacional aos alunos com DI, tendo em vista a incidência de alunos portadores da Deficiência Intelectual na rede regular de ensino e em instituições de Educação Especial, como é o caso da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) que é uma associação que se une para prevenir e tratar a deficiência e promover o bem-estar e desenvolvimento da pessoa com deficiência.

Em discussões a respeito das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), Brasil (2007) postula, que com a grande demanda de alunos com deficiência nas escolas regulares, o governo introduziu o Programa de Implantação das SRM, espaço esse designado a incrementar ações do AEE objetivando proporcionar a participação plena dos alunos, dando-lhes ações suplementares e complementares.

A educação especial caracteriza-se como modalidade por atravessar os diferentes níveis educacionais, e tem como função garantir o AEE e apoio nas diversas etapas educacionais. A mesma deve viabilizar o atendimento,

disponibilizando meios e recursos, oportunizando acessibilidade aos alunos e eliminando barreiras para a total participação dos mesmos.

A audiência do AEE são alunos com deficiência; transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. No que se refere ao atendimento a ser desenvolvido, a Resolução 4/2009, o artigo 5º prevê que o mesmo seja:

[...] prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições, comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009, p.17).

Desta maneira, os alunos que são assistidos pela SRM, têm a oportunidade de estudar na sala de aula comum e ainda receber o acompanhamento disponibilizado pelo AEE, esse acompanhamento disponibilizará o desenvolvimento considerável. Outro aspecto positivo, quanto a implementação desse recurso, é o ensino apropriado para cada aluno e cada um com suas particularidades.

Conforme afirma Barreto (2008), a carência de suporte ao aluno que possuía alguma deficiência ou necessidades educacionais especiais e que compunham o processo de inclusão escolar, fez com que criassem as salas de recursos. Este serviço, inicialmente era designado somente para alunos que participavam das séries iniciais do ensino fundamental; e, hoje em dia foi ampliado para todas as séries do ensino fundamental.

Essas salas recebem essa nomeação de “multifuncionais” pois apresenta-se como um espaço com uma organização didática, pedagógica, e possuem equipamentos e profissionais capacitados para atender às pessoas com necessidades educacionais especializadas. O mesmo tem o objetivo de proporcionar um atendimento especial e único aos alunos que apresentem alguma necessidade permanente ou temporária no seu processo de ensino-aprendizagem.

Brasil (2010), pontua que as salas de recursos multifuncionais têm o propósito de organizar o ambiente na escola comum, portando equipamentos e meios pedagógicos que propiciem a escolarização dos alunos que possuam algum tipo de deficiência, que destruirá barreiras e promoverá a participação plena dos alunos que estão inseridos na educação especial, dando ao aluno autonomia e independência.

A profissionalização do docente e uma sala de recursos bem estruturada, tem a capacidade de desenvolver e acolher qualquer indivíduo, e assim analisar o desenvolvimento pedagógico dos alunos que participam do atendimento especializado. Pois é notório que os alunos que são assíduos a sala do AEE são capazes de acompanhar as aulas e os conteúdos com grande progresso.

Alves (2006) ressalta que o maior desafio encontrado pelos profissionais desta área, é o desenvolvimento de ferramentas de aprendizado focadas em um novo saber pedagógico, que privilegie a construção de conhecimento pelos alunos, já que não pode ser um ambiente com repetitivas atividades que já são desenvolvidas em sala de aula regular.

É perceptível que as atribuições destinadas aos professores que trabalham e/ou trabalharão em uma SRM são diversas e, quase improváveis de serem alcançadas em sua integralidade por um único docente. Desta maneira faz-se necessária uma formação inicial e continuada que disponibilize auxílio a este professor durante o processo.

O professor da Sala de Recursos Multifuncionais deverá ter curso de graduação, pós-graduação e ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. A formação docente, de acordo com sua área específica, deve desenvolver conhecimentos acerca de: Comunicação Aumentativa e Alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino de Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, Ensino de Língua Portuguesa para Surdos, Atividades de Vida Diária, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros (BRASIL 2006, p.17).

Para poder desenvolver atividades no AEE, os professores precisam no mínimo uma formação específica (graduação, ou até mesmo pós-graduação especializada na área) tendo em vista atender todos os alvos da educação especial, para que enfoque a capacidade de cada aluno, para assim atendê-los da melhor maneira possível. Além de do preparo pedagógico, faz-se necessário o preparo psicológico e amar definitivamente o que faz.

Para Ziliotto (2007), o diagnóstico é uma ferramenta que contribui na tomada de decisões acerca de prováveis direcionamentos educacionais ou profissionais ao indivíduo com necessidade especial. E o procedimento de avaliação engloba diversas etapas, pretendendo confortar dados e analisa-los, minuciosamente,

entendendo o contexto escolar retirando informações sobre o processo de aprendizado.

Várias mediações entre as relações sociais e interpessoais, estabelecidas dentro do espaço escolar, beneficiam o aluno com necessidades especiais. No AEE, o diagnóstico se realiza através do estudo de caso, pois desta maneira promoverá a construção do perfil do aluno, o que dará origem à um plano de aula e de intervenção para cada um, trabalhando cada criança com suas individualidades.

Ross (2004) destaca que as necessidades dos alunos com Deficiência precisam ser diagnosticadas e ajustadas conforme a gravidade, natureza e tipo. É preciso também, levar em consideração as perspectivas que devem ser estudadas, sempre considerando as habilidades e competências dos alunos com deficiência.

Essa coleta de dados deve ser feita por meio de avaliações. Sabe-se que para todo e qualquer estudo, é necessária pesquisa a respeito do que se estuda. Conhecer a fundo todas as possíveis dificuldades, para que conseqüentemente, o profissional que atenderá esse aluno, possa desenvolver métodos que venham ajuda-los a superar todas ou parte das suas dificuldades, sejam elas cognitivas ou não. Santos e Moreira (2006, p. 33) expõem que:

[...] promover a inclusão de deficientes significa, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência. Implica quebra de paradigmas, reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, na qual o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades.

Esse processo é contínuo, pois a observação é constante aos processos de aprendizagem, juntamente com revisão da resposta educativa que lhes é oferecida. É perceptível que a identificação de necessidades educacionais especiais, planejamento de intervenções e o monitoramento do sucesso desses alunos, são propósitos primordiais da avaliação.

Diante destas descobertas é importante ressaltar que o amparo que as Salas de Recursos Multifuncionais dispões nesta modalidade de ensino é de suma importância para que todos os alunos participantes, possam de fato, serem atingidos cognitivamente de maneira grandiosa e trajando sucesso no intelecto. Visto que os alunos com necessidades especiais, necessitam de uma investigação profunda, para que os professores atuantes nas Salas de Recursos Multifuncionais, possam saber como lidar com cada necessidade

2.3 HISTÓRIA DA LITERATURA INFANTOJUVENIL

A literatura sempre foi alvo de discussões, estudos e argumentações acadêmicas. Escritores renomados construíram grandes obras intencionados em descobrir o real papel da literatura. Alguns destes estudiosos afirmam que a arte literária serve apenas como objetivo estético, isto é, a arte pela arte, pois é uma transformação do real, enquanto que outros a designam como um campo de pesquisa amplo, por isso, precisa-se sempre um cuidado ao tentar defini-la, pois, definir é tornar claro, ter uma explicação precisa e exata, e isso não nos vem ao caso.

Eagleton (2003), afirma que há muitas tentativas para definições de literatura, tais como a escrita da “imaginativa”, no sentido de ficção, mas que ressalta que não seja exatamente a definição mais apropriada, já que a distinção entre “fato” e “ficção”, não nos parece ser muito útil, pois a própria distinção é muitas vezes questionável.

É possível observar que a literatura possui uma capacidade de ser tratada de diversas maneiras, seja ela como fator social, cultural, científico ou até mesmo imaginário, o que deixa evidente, que os estudos feitos a respeito dela se tornam inesgotáveis. Desta maneira, não seja cabível afirmar que a literatura seja uma área do conhecimento pronta e acabada, pois ela gira em torno do homem, e o homem está em constante transformação.

Orlandi (2008) ao considerar a literatura uma multiplicidade de sentidos e uma manifestação universal, ligada à história da sociedade, é pertinente e importante compreender que os sujeitos podem concebê-la de distintos modos, imprimindo diferentes marcas, ou não, pois são heterogêneos, contraditórios e de seus discursos emergem sentidos que sempre são determinados ideologicamente.

Conforme foi supracitado, a literatura infantojuvenil é uma área da literatura dedicado especialmente às crianças e jovens adolescentes. Nela, se anexam histórias fictícias infantis e juvenis, biografias, novelas, poemas, obras folclóricas e culturais, ou simplesmente obras contendo/explicando fatos da vida real. Desde sua origem a literatura tem como função agir sobre as mentes, na qual se estendem as emoções, paixões, desejos, sentimentos de todas as maneiras.

No encontro com a literatura os homens têm a oportunidade de expandir, transformar ou enriquecer sua experiência de vida. Segundo Coelho (2000), a Literatura Infantil é considerada arte por apresentar fenômenos de criatividade que

proporciona a representação do homem, do mundo e da vida através das palavras. Une os sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, os ideais e suas prováveis/improváveis realizações.

Trajada de igualdades socioculturais, do ponto de vista que a criança possuía o mesmo tratamento que os adultos, o que os privava de viver a infância e adolescência como lhes eram pertinentes. A história da Literatura Infantil vem desde a Sociedade antiga até a Idade Média, na qual as crianças não tinham o seu próprio espaço para aprendizagem, o que os baniam de todo e qualquer tipo de conhecimento.

Houveram mudanças significativas na maneira de tratamento e criação das crianças entre 1660 e 1880 até os dias de hoje. Coelho (2010) esclarece esse transtorno ao afirmar que a maioria das literaturas nasceram como obra para adultos, e, ao serem traduzidas e adaptadas, com o tempo tais obras transformaram-se em clássicos infantis ou juvenis.

Uma das áreas editoriais que mais tem se desenvolvido nas últimas décadas é a Literatura para crianças e jovens. Estamos em um período em que a literatura vem ganhando cada vez mais espaço na área acadêmica, nas escolas de ensino fundamental e médio, na imprensa e na preocupação dos pais em torno do gosto pela leitura.

Coelho (1987) caracterizará a contemporaneidade da literatura como a intenção de estímulo da consciência crítica do leitor; com a capacidade de levá-lo a desenvolver sua criatividade encoberta; estimulando sua capacidade de observar e refletir acerca do mundo em que se vive; e torná-lo consciente da complexa realidade em transformação que é a Sociedade, onde ele deve atuar, quando chegar a sua vez de participar ativamente do processo em curso.

A produção literária, nessa época, é marcada por preocupação moralista, exaltação do trabalho, disciplina, obediência e, acima de tudo, um cantar à beleza da pátria. Foi a partir da obra revolucionária de José Bento Monteiro Lobato (1882 – 1948) que a literatura infantil brasileira ganhou corpo e definição. Com ele nasce uma literatura genuinamente brasileira. Seus textos se relacionam com a realidade social do período, com seus personagens contemporâneos. Mas a literatura para criança era confundida e tratada como literatura escolar, era intimamente ligada à pedagogia, Machado (2002, p. 75) enfatiza:

Mas, de qualquer maneira, toda narrativa literária se constrói em cima de elementos que vão se correspondendo de modo coerente e que aos poucos vão erigindo um edifício de sentido. É para isso que o homem conta histórias – para tentar entender a vida, sua passagem pelo mundo, ver na existência alguma espécie de lógica. Cada texto e cada autor lidam com elementos diferentes nessa busca, e vão adequando formas de expressão e conteúdo de um jeito que mantém uma coerência interna profunda que lhe dá sentido.

Desta maneira, o aluno vai à escola não somente para aprender os conteúdos impostos por uma grade curricular, mas também para aprender a viver, entendendo melhor como ser um ser individual e social. Diante disso, a educação escolar também deve ser capaz de se utilizar da leitura literária como instrumento de busca para entender a vida.

Coutinho (1978) classifica a literatura como um movimento estético sem a intenção de ensinar, documentar, doutrinar, mas que ocasionalmente, se aplica estes termos às histórias, religiões, ciências. A literatura se atrela mais especificamente aos acontecimentos existentes no meio social, histórico, entre outros, o que resultará em conteúdos estéticos.

Diante da afirmação do autor, a sociedade tem visto a literatura de maneira errônea, já que a escola tem empregado a literatura como apenas um conteúdo didático, deixando de lado o real significado da mesma, que é a representação da arte, ou seja, a estética literária, onde o indivíduo tem a oportunidade de se deleitar e não somente cumprir uma disciplina da grade curricular.

Para que se possa adquirir conhecimentos e entendimento sobre as literaturas, é preciso saber ler, e Vargas (2000) designa o ato de ler, como a colheita de conhecimento, pois o mesmo faz criar e dimensionar aquilo que já está estabelecido, ou seja, é cabível introduzir as próprias ideias em novas séries, em um novo modo de perceber o que cerca o indivíduo.

Ler vai além da capacidade de decodificar palavras e símbolos, atrela-se à compreensão, interpretação e até mesmo a intertextualização, a bagagem que é carregada através das experiências e vivências, a literatura de mundo, pois a leitura não é apenas passar os olhos por algo escrito, e sim ter a capacidade de entender o que está por detrás do que foi escrito.

Brasil (1997) postula que o leitor tem a capacidade de construir e não somente receber conceitos gerais acerca do texto, ele vai além. O indivíduo leitor, consegue fazer uso de umas das ferramentas de interpretação da Língua

Portuguesa, a inferência, que nada mais é que a oportunidade de conseguir encontrar dentro do texto, pistas, que dê um direcionamento para que se possa formular ou até mesmo reformular conceitos e ideologias, aceitando ou não as conclusões sugeridas pelo texto, sempre tomando como base seu conhecimento linguístico, empírico é sociocultural.

Tomando como base os aspectos a respeito do leitor, dentro das Diretrizes Curriculares da Língua Portuguesa, é possível observar que todos os seres humanos, são leitores natos, os quais já possuem a capacidade de fazer assimilados de fatos contínuos e frequentes do seu próprio cotidiano com os fatos encontrados nos textos. Outro aspecto digno de ser observado e comentado, é o de que a própria literária se encontra internalização em todo indivíduo, seja qual for o gênero ou tipologia.

Para Aguiar (1988), a literatura mostra o mundo por dentro, pois a ela o que interessa não são apenas os fatos escritos, mas a maneira que o humano reflete e sente esses fatos que os fazem se identificar com outras pessoas de tempos e lugares distintos do seu. Em virtude disso podemos afirmar que a literatura como leitura é a mais rica, a mais completa e a mais gratificante para o seu leitor.

Considerar o leitor infantil, principal objeto de nossa preocupação neste estudo, veremos então que aqui a literatura desempenha um papel fundamental, decisivo e intransferível. Considerando que é por meio da fantasia, da imaginação, da emoção e do ludismo que a criança apreende a sua realidade, atribuindo-lhe um significado, veremos que o mundo da arte é o que mais se aproxima do universo infantil, à medida que ambos falam a mesma linguagem simbólica e criativa.

Zilberman e Lajolo (1993) atentam-se ao fato de que a Literatura Infantil, venha ser uma possibilidade de estreitamento da sua origem a maneira de como ela é ofertada às crianças na escola. E afirma ainda que quando essa literatura é aproveitada em sala de aula, ela não se tornará subordinada de um ensino tradicional e uma educação contraditória, do contrário, ela se tornará uma ferramenta de suma importância para a ruptura dos paradigmas encontrados nesta modalidade de ensino.

Em virtude dos argumentos supracitados, fica sabido que a criança que tem o contato com a literatura desenvolve o senso crítico, o que justifica a fala do autor no momento em que ele diz que haverá a ruptura do ensino tradicional e educação contraditória. Desta maneira, faz-se imprescindível que as crianças tenham o

convívio com os livros, para que elas possam alçar voos mais altos, em que a literatura atuará no desenvolvimento sistemático da sua escolarização, assim venha ser intensificada a prática de leituras literárias nas escolas.

Rodrigues (2005) ressalta que a contação de histórias incentiva a imaginação e a assimilação entre o fictício e o real de uma criança. Pois ao se contar história, traz-se experiências do narrador e dos personagens o que causará reflexão no aluno ao tentar entender e tornar a história mais próxima da realidade dele.

A contação de histórias está ligada diretamente ao imaginário infantil. O uso dessa ferramenta incentiva não somente a imaginação, mas também o gosto e o hábito da leitura; a ampliação do vocabulário, da narrativa e de sua cultura; o conjunto de elementos referenciais que proporcionarão o desenvolvimento do consciente e subconsciente infantil.

Por exemplo, muitas estórias de fadas começam com a morte da mãe ou do pai. Nestes contos a morte do progenitor cria os problemas mais angustiantes, como isto (ou medo disto) ocorre na vida real. Outras estórias falam sobre um progenitor idoso que decide que é tempo da nova geração assumir. Mas antes que isto possa ocorrer o sucessor tem que provar-se capaz e valoroso (BETTELHEIM, 2002, p. 14).

As histórias narradas sempre acompanharam a vida do homem em sociedade. Por meio delas, foi possível a preservação da cultura. Durante muito tempo, foram a única fonte de aquisição e transmissão do conhecimento. A narrativa é a arte de contar histórias que é tão antiga quanto o homem. A contação de história estimula a imaginação, retrata pessoas, lugares, acontecimentos, desejos e sonhos, favorecendo o processo da aprendizagem.

A literatura infantil é um gênero literário que pressupõe a arte, sugere o belo e o gosto literário, comunicando e cooperando com o equilíbrio emocional das crianças, assim formando o ser humano. A arte de contar histórias proporciona à criança possibilidades de fazer diferentes leituras do mundo, podendo criar e imaginar situações que a faça estabelecer relações consigo própria e com o mundo que a cerca.

2.4 RELAÇÃO DA LITERATURA INFANTIL E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Um fator importantíssimo para a formação de todo cidadão ocorre quando ele lê e ouve histórias, pois é a partir daí que o indivíduo se conhece e conhece o meio em que vive. Para crianças que possuem deficiência intelectual, esse fator ultrapassa o valor que é imposto às demais pessoas, visto que esse período é o início da aprendizagem da criança, e deve ser estimulado da melhor maneira possível.

Segundo Coelho (2000) toda literatura, mais especificamente a infantil, tem um papel primordial para cumprir nesta sociedade em constante transformação: a de ser responsável pelo desenvolvimento, seja na natural relação entre leitor e livro, seja no diálogo leitor e texto estimulado pela escola.

Por meio das histórias, as crianças por sua própria natureza, possuem o domínio da imaginação, da criação de novas ideias e perspectivas. É através das histórias que as crianças experimentam novos sentimentos, conhecem novos lugares, desenvolvem novas habilidades e gostos. E uma criança com DI também pode fazer uso da sua imaginação para despertar aquilo que é chamado de conhecimento, e que grande parte da sociedade acredita que eles não possuam. O deficiente intelectual precisa desse contato com o mundo, com amigos, e essa é uma boa oportunidade para unificá-los e concretizar a inclusão social.

Como educador, deve-se sempre permitir que a criança com deficiência intelectual exteriorize aquilo que ela entendeu ou compreendeu a respeito do que leu ou ouviu. Abramovich (1997) afirma que escutar o que as crianças dizem é dar início a aprendizagem para ser um bom leitor, e ser leitor é ter diante dos olhos um caminho infundável a ser percorrido, onde serão descobertos e compreendidos os diversos mundos existentes.

O deficiente intelectual pode disponibilizar muitas respostas, pois tem muitas potencialidades mesmo com o Quociente de Inteligência (QI) abaixo da média, mas cabe a cada um fazer o seu papel e ajudá-lo na conquista de habilidades, de seus esforços. Estimulá-lo e incluí-lo no meio social, na sala de aula, na família, no mundo, torná-lo um ser, um sujeito livre e normal, são vias que a literatura disponibiliza.

Segundo Lajolo (2001), através da literatura, portas se abrem para que o leitor possa conhecer mundos que surgem por meio das leituras feitas, esses mundos que o indivíduo cria não são desfeitos, pelo contrário, permanecem interiorizados neste leitor como experiências de vida de acordo com a percepção e compreensão da leitura de cada um.

Diante da fala do autor, é possível destacar o efeito que a literatura causa nas pessoas, as experiências vivenciadas em diversos mundos que surgem através de cada leitura feita, proporcionam ao indivíduo o desejo de descobrir tantos outros mundos. Levando em consideração o DI, é aceitável acreditar que essa prática de descoberta através das leituras, o auxiliará na evolução do seu processo cognitivo.

Para que o aluno com DI consiga ter percepções de mundo, principalmente a do universo literário, faz-se o uso da estética, que Souza (1995) designa como uma das partes da literatura, e que tem como alvo a arte das diversas formas, e pela capacidade de assimilação, em que pode enfatizar-se a sensibilidade inteligência, que são conceitos englobados na literatura como particularidades da arte.

Levando em consideração a ideia supracitada, no momento em que o indivíduo consegue idealizar um universo e faz o uso da estética como meio de compreensão, a sensibilidade e inteligência do mesmo, são despertadas consideravelmente, o que dá margem a acreditar que a literatura de fato, é um mecanismo rico em transformação, e pode ser utilizado para auxiliar o aluno com DI.

Oliveira e Palo (2006) postulam que a literatura é trajada de “implícitos” e “entrelinhas”, onde o momentâneo instante entre o que foi escrito ou não, assumem o papel de semelhança, pois o pensamento infantil está sempre sincronizado às vias do imaginário, assim, a leitura percorre trilhas, sugere hipóteses, testa, contesta e promove uma atividade contínua em busca da descoberta, como a vida.

É preciso pensar que as crianças são os construtores da cultura de um povo, que todas elas possuem a capacidade de integrarem a sua percepção de realidade à fantasia que existe dentro delas para construírem conceitos e consequentemente tornarem-se sujeitos capazes de atuar na sociedade, emitindo atitudes dignas de serem reflexivas em meio à uma sociedade hostil.

Lajolo (2018) afirma que a literatura é o caminho criado para o surgimento de novas literaturas, onde toda criação surgida através dela não se desfaz, seja após a leitura de um livro, nos últimos versos das canções, no último discurso de uma representação ou na tela final de um filme (pois a literatura se dá de variadas

formas), pelo contrário, as marcas que uma literatura causa no leitor, permanecem, seja através de vivências ou marcos da história feita individualmente.

Neste sentido, pode-se dizer que os escritos literários, são embasados na imaginação, onde de modo fictício se escrevem sobre fatos reais, o que instiga o leitor ou ouvinte a refletir, desenvolvendo o pensamento, linguagem, virtudes, normas comportamentais, onde tudo estimula a imaginação do indivíduo. Um fator relevante é notório quando este indivíduo possui um déficit no processo cognitivo, ou seja, uma pessoa com Deficiência Intelectual, consegue desenvolver todas essas práticas supracitadas.

No caso em análise, Zilberman (2003) postula que a literatura infantil tem como função e objetivo, formar leitores, que não se confunde como obrigação pedagógica, ou seja, ela objetiva tornar experiências pessoais, como fonte de conhecimento prazerosa, onde o indivíduo desenvolve o deleite da leitura sem compromisso, em outras palavras, a leitura prazerosa, mas que os torna um leitor crítico.

Cumprir observar, preliminarmente, que a literatura infantil tem uma relevância enorme na humanidade, na qual, a representatividade dos diferentes personagens na literatura infanto-juvenil está trajada de intencionalidades por detrás de cada enunciado, o que implica em dizer, que sem a missão pedagógica, a pessoa consegue tornar-se uma pessoa crítica, um leitor crítico. Se aliar esta literatura aos recursos pedagógicos, terá como resultado, alunos capazes de compreender, refletir e ter conclusões a respeito do que se lê.

Nas experiências de literatura infantil, o leitor, independentemente da idade, aciona universos do mundo conhecido e da fantasia. A imagem é a porta de entrada ao texto que se estabelece, principalmente por sua dimensão icônica de mundo natural (PANOZZO, 2007, p. 90).

No caso presente, é possível observar que por meio da literatura infantil, o leitor estabelece inúmeras assimilações entre o mundo real e a imaginação. Propondo-se lançar uma outra visão a respeito dessa literatura, menos formatadora e mais reflexiva-analítica, partindo da percepção gradativa e construtiva da realidade dos diferentes sujeitos/leitores, em relação às diferentes leituras, tendo características de uma literatura polifônica.

Ao tentar conhecer e compreender o mundo em que vive, as crianças podem apoiar-se à literatura infanto-juvenil para encontrar a informação que buscam, assim

como Coelho (2000) ainda enfatiza, ao dizer que a literatura infantil se encontra sempre atenta ao nível do leitor a quem é destinada, pois a mesma está centralizada nas mais variadas fontes de amadurecimento do considerado “imaturo”, o imaginário – espaço propício da literatura. De maneira que é por meio do imaginário que se adquire o verdadeiro conhecimento de si, e do ambiente em que se encontra.

Seguindo o raciocínio do autor, a oportunidade que a literatura dá para a abordagem de vários eixos temático que a sociedade possui, permite às crianças adquirir conceitos e respostas a seus questionamentos, uma vez que o imaginário da criança é um lugar fértil, e assim as possibilidades e probabilidades de trabalhar o avanço cognitivo ultrapassam os limites possíveis. Ao inserir uma criança com Deficiência Intelectual neste público, será possível superar barreiras cognitivas, que nunca foram ultrapassadas, o que resultará na conquista de um ensino-aprendizagem dessas crianças.

Na visão de Freire (2000) é plausível afirmar que a literatura do mundo surge muito antes da leitura de letras e palavras, já que o movimento do mundo está sempre presente nas palavras existentes no texto e vice-versa, o que consequentemente fluirá a capacidade de interpretar seja através de texto, seja por meio dos acontecimentos do cotidiano deste indivíduo que faz a leitura.

Dessa forma, vale ressaltar que a leitura transpõe a capacidade de locucionar enunciados, atrela-se ao discernimento do que se lê, por interpretação ou por intertextualização, por meio das experiências, vivências e saberes adquiridos no momento em que se lê o mundo, isto posto a habilidade da leitura de textos literários. Evidenciando a pessoa com DI a esta afirmação, é admissível acreditar que o fato de a pessoa ser um ser social, ela possui uma bagagem de acontecimentos em sua vida, o que resultará na compreensão de escritos que tenham semelhança as suas experiências.

Ainda seguindo essa linha de raciocínio, Colomer e Campos (2002) menciona que o contato com a língua escrita dá surgimento ao desenvolvimento intelectual dos sujeitos, uma vez que os escritos podem ser investigados e relacionados com conceitos próprios e até mesmo com os de outros escritos, resultando no domínio da prática e do conhecimento contínuo do homem, permitindo transformar a interpretação da realidade feita por si próprio ou por semelhantes, em algo concreto, palpável, conceitualizado e integrado aos nossos conceitos de mundo.

O autor destaca que, mesmo possuindo conhecimento e leituras de mundo, todo sujeito necessita de conceitos concretos para suas próprias ideologias. Pelo fato da literatura infantil retratar as ideologias, criações, fantasias e histórias (essas que mais fazem parte do imaginário infantil), criadas por crianças e até mesmo adultos, é de suma importância tornar em algo com conceitos todos estes pensamentos surgido a partir do imaginário, o trará como resultado o desenvolvimento do intelecto deste indivíduo. Estudando sobre o papel que a literatura tem desenvolvido na vida da humanidade, observou-se que:

Para que o ensino literário continue dando seus frutos, é necessário que o professor, antes do aluno, continue acreditando nas virtudes da literatura. Se o próprio professor não confia mais no objeto de seu ensino, e não faz deste um projeto de vida, é melhor que escolha uma profissão mais atual, menos exigente e mais rentável (PERRONE-MOISÉS, 2000, p. 351).

Esta competência é direito do mediador exercer, pois as crianças tendem a analisar e seguir os caminhos que seu mediador tem percorrido, sejam eles adequados ou não. Sendo assim, o profissional que atua ao lado desta literatura, deve transparecer o interesse pela literatura, para que seja perceptível aos olhos de seus ouvintes. É dever do mesmo, também, promover aos alunos, um encontro com os diversos tipos de textos, conhecido também como “gêneros textuais”, e zelar pelo bom relacionamento entre ambos, e assim, colher os mais belos e saborosos frutos desta colheita.

Tendo em vista os aspectos apresentados é possível afirmar que a literatura, mais especificamente a infantojuvenil, vem trazer possibilidades para estimular a imaginação da criança. Colocando a criança com DI como alvo desta discussão, a transformação intelectual e o avanço cognitivo delas estão ligados ao campo que a literatura tem atuado, o imaginário, tornando exato a capacidade de interpretar todas as situações que estão em torno delas, visto que a literatura dá margem à esta prática, o que resulta em bons resultados.

3 METODOLOGIA

3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

Na elaboração deste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica que consiste basicamente na coleta de informações e teorias de diversos autores sobre o assunto em estudo. A pesquisa bibliográfica dá ao pesquisador uma bagagem teórica variada, contribuindo para ampliar o conhecimento e fazer da pesquisa um material rico sobre o assunto. Houve a realização de pesquisa quantitativa, descritiva (por meio de pesquisa de opinião) nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na qual foi verificado o modo como a literatura infantojuvenil é trabalhada como instrumento/suporte de auxílio aos alunos com Deficiência Intelectual (DI).

A pesquisa bibliográfica foi realizada através de parafraseamento de obras já publicadas que trazem a temática desta pesquisa. Gil (2010) classifica pesquisa bibliográfica como uma modalidade de pesquisa, que são encontradas em material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações, entre outros. A pesquisa teve como base, as teses da Associação Americana de Retardo Mental (1992), Brasil (2009), Coelho (2010), Lajolo (2018), Machado (2002) e a Organização Mundial da Saúde (1995).

A pesquisa qualitativa se deu por meio de questionário dando ênfase ao tema da pesquisa. Cervo (2002) postula que questionário é o meio mais usado de coletar dados, pois viabiliza medir com maior exatidão o que se deseja, e é também um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche. O questionário aplicado durante a pesquisa, contou com o total de dez (10) perguntas, entre elas, abertas e fechadas.

Quanto à pesquisa descritiva, o principal papel dela de acordo com Cervo (2002), é de observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los, buscando identificar as variadas situações e relações que acontecem à vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto dos indivíduos tomados isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas.

3.2 PERFIL DA PARTICIPANTE

A entrevistada, do sexo feminino, acima de quarenta e dois (42) anos com graduação em licenciatura Plena em Pedagogia e Pós-Graduação em Educação Especial e encontra-se na condição de coordenadora da Sala de Recursos Multifuncionais do Atendimento Educacional Especializado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria Oliveira de Mendonça

Atua na educação há trinta (30) anos, desse quantitativo de anos, dez (10) anos foi atuando na Associação de Pais e Amigos (APAE), ainda ressalta que a sua carreira iniciou na modalidade de ensino Magistério, na qual após a sua formação em licenciatura plena em Pedagogia, atribuiu-se uma espécie de promoção a possibilitou desenvolver suas atividades como Pedagoga.

A professora afirmou que fez duas pós-graduações, uma em gestão escolar e outra em educação especial, mas ressalta que sua afinidade foi com esta área do ensino. A entrevistada deixou claro em suas palavras, que o desejo por ensinar pessoas com limitações de aprendizagem, sempre esteve bem aguçado, o que mostra ao dizer que passou boa parte atuando na APAE.

3.3 LÓCUS DA PESQUISA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria Oliveira de Mendonça, encontra-se situada na terceira rua, Jardim Aeroporto, S/N, KM 05, fundada no ano de 1984, de início, instituição estadual, depois foi cedida ao município, sendo assim considerada municipalizada. A escola contava com apenas quatro salas de aula, com o tempo, a necessidade de ampliação foi surgindo e hoje encontra-se com dezoito salas, com total de um pouco mais que mil e quatrocentos alunos. Nesta instituição os professores recebem capacitação continuada, sempre que a Secretaria Municipal de Educação disponibiliza, além de iniciativas privadas, e todos os professores possuem graduação e grande parte, pós-graduação e carga horária destinada à Hora Atividade.

Sempre visando o bem-estar do professor e aluno, as disciplinas são distribuídas com base na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e disciplinas diversificadas. No Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola há características

pertinentes ao Conselho Escolar, há a disposição de propostas de Inclusão Social, Ações de Combate à violência e uso indevido de drogas. Todo o PPP está pautado teoricamente em autores e leis que postulam sobre as Bases Nacionais, Diretrizes e Bases, ensino-aprendizagem e demais conceitos educacionais.

O horário de funcionamento da instituição vai das 7:30 às 23:00 horas, com a contribuição de quarenta e nove professores. O Atendimento Educacional Especializado também é desenvolvido na escola e todos os alunos têm direito a avaliações bem como a recuperação das diversas mazelas no aprendizado.

A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), está em funcionamento a pouco mais de dois anos, na qual tem como coordenadora, a professora entrevista desse trabalho, que recebe o auxílio de duas cuidadoras, que atuam dentro das salas de aula com os alunos que possuem necessidades físicas, ou tipos de distúrbios psicológicos, onde estarão cuidando dos mesmo durante todo o horário de aula.

Atualmente, a coordenadora recebe o total de vinte e seis (26) alunos, com os mais diversos tipos de deficiências distúrbios, bem como: deficiência física, múltipla, intelectual, mental, hiperatividade, retardo mental, autismo, etc. Do total de alunos, dez (10) deles, são Deficientes Intelectual, alguns com o grau moderado, outros com o grau mais elevado.

A dinâmica adotada pela SRM, ocorre da seguinte maneira: os pais ou responsáveis legais da criança precisam de um laudo médico que comprovem tal anomalia, em seguida, há o cadastramento e mapeamento de caso deste aluno, para consequentemente destinar um horário específico para o acompanhamento do aluno. É importante destacar que os alunos que recebem esse tipo de acompanhamento, não são só alunos da escola polo, mas de toda a comunidade, desde o Ensino Infantil à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A SRM funciona de segunda a sexta, das 7:30 às 11:30 horas, das 14:00 às 18:00 horas. Na segunda-feira, ocorre a hora atividade da coordenadora, na qual ela desenvolve todos os tipos de atividades que serão trabalhadas com cada aluno. Todo aluno é acompanhado durante 4 horas semanais. Os alunos maiores recebem esse acompanhamento de 4 horas em apenas um dia, os menores, 4 horas em dois dias, dinâmica adotada para melhor funcionamento e atenção a cada aluno.

3.4 COLETA DE DADOS

A pesquisa teve como objetivo investigar como tem sido o trabalho desenvolvido na sala de recursos multifuncionais na modalidade de Educação Especial da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Oliveira de Mendonça com os alunos que possuem Deficiência Intelectual, e ainda, descobrir como a literatura infanto-juvenil tem sido utilizada neste processo.

Para a obtenção de informações, foi necessário colher dados e materiais adequados que pudessem facilitar a observação das questões, na qual a pesquisa contou perguntas objetivas e subjetivas, e foram apresentadas em forma de questionário, ferramenta elaborada para este estudo e entregue a professora.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 O QUE DIZ A PROFESSORA DO AEE

Com um questionário destinado à entrevistada da Sala Recursos Multifuncionais da escola. O primeiro questionamento foi feito a respeito do tipo de formação que a entrevistada considera necessária para que alguém possa atuar nas Salas de Recursos Multifuncionais. Em seu argumento ela diz que *“o correto é ter formação (graduação/pós-graduação) na área da Educação Especial, mas podendo ser por meio de formações continuadas e principalmente se identificar nesta modalidade da Educação”*. Quanto a experiências profissionais que ela tivera antes de estar na Sala de recursos da escola Maria Oliveira de Mendonça, afirmou que já atuou *“na sala de aula comum, ensino itinerante, salas de recursos e esteve atuando na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) por dez anos*.

Quanto ao tipo de formação considerada necessária para a atuação nas salas de recursos multifuncionais e as experiências que um professor do AEE tem, os resultados mostraram que a entrevistada se encontra pautada na Resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12, em que Brasil (2009) afirma que para a atuação no atendimento educacional especializado das salas de recursos multifuncionais, o profissional deve estar habilitado para o desenvolvimento da docência e ainda, possuir formação específica para a área da educação especial.

No que se refere ao atendimento aos alunos que visitam o espaço em pesquisa, este questionamento quis saber da entrevistada em que período os alunos frequentam a sala de recursos multifuncionais, a mesma afirmou que *“sempre no período oposto ao da sala de aula”*.

Ainda para Brasil (2009), de acordo com a Resolução já citada, o profissional atuante no atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais, tem como missão, realizar esse atendimento de maneira complementar ou suplementar ao ensino oferecido na escola comum, sempre visando atender as necessidades mais específicas desse aluno, declaração que dá relevância à fala da entrevistada, visto que ela atribui essa mesma competência ao atendimento do aluno no horário oposto ao da sala de aula.

Outra indagação feita foi em relação às atividades do Atendimento Educacional Especializado da SRM a professora dispende mais tempo, a mesma

declarou que *“o atendimento ao aluno está em primeiro lugar, mas que também desenvolve o atendimento às famílias desses alunos, e tem um momento para o planejamento de cada atendimento”*.

Em relação às atividades que precisam ser desenvolvidas no atendimento dos alunos que participam das salas de recursos multifuncionais, o MEC (2006) ressalta orientação das famílias no envolvimento e participação no processo educacional, promover maneiras para favorecimento do acesso do aluno com qualquer necessidade ao processo de interação, planejamento para o atendimento de cada aluno, elaboração de materiais didático-pedagógico e tantas outras atribuições. Os resultados dos dados coletados mostram que a participante desta pesquisa relatou fazer o uso de algumas destas competências.

Ao abordar a Deficiência Intelectual (DI), o quinto questionamento feito à entrevistada quis saber quais as primordiais e importantes descobertas feitas sobre a DI feitas por ela, enquanto professora com formação e estudante contínuo deste tipo de deficiência. Ela afirmou que *“as mais interessantes descobertas são feitas quando o aluno consegue desenvolver sozinho a atividade que foi proposta a ele, onde acaba desenvolvendo habilidades que cada um possui, mesmo sendo uma pessoa com Deficiência Intelectual ou não”*.

No que diz respeito as principais e importantes descobertas sobre o Deficiente Intelectual, feita através do AEE, Batista e Mantoan (2007), afirma que a maneira de reconhecimento dessas descobertas se dá pela dimensão subjetiva, na qual o AEE trabalha o método pelo qual o aluno com Deficiência Intelectual trata todo e qualquer assunto que lhe é proposto e o meio como consegue dar significado, tendo como prioridade desenvolver habilidades necessárias para cada momento. Os resultados mostram que os argumentos utilizados pela professora ao responder este questionamento, se assemelham à visão destes autores.

Ao questionar quais têm sido as metodologias adotadas pela professora, para o uso da Literatura na Sala de Recursos Multifuncionais, ela informou que *“sempre procura criar novas estratégias para serem desenvolvidas com os alunos deficientes intelectuais, fazendo o uso dos contextos literários que todas as literaturas têm ofertado como recurso”*.

Em relação às metodologias utilizadas através da literatura dentro das salas de recursos multifuncionais, a entrevistada não foi específica ao responder o questionamento, entretanto, Antunes (2003), postula que ao fazer o uso desta

prática, requer que o professor faça o planejamento do que será produzido com os alunos, em seguida expandir a visão dos mesmos em relação as leituras, processo que ocorre quando o aluno tem o contato com os diversos gêneros textuais, visto que a literatura tem como finalidade a compreensão da esfera social em que este indivíduo leitor transita.

Considerando que todo conhecimento transmitido a um aluno possui um papel, foi solicitado à professora que justificasse qual tem sido o papel que Literatura Infantil tem desenvolvido na vida do aluno com Deficiência Intelectual. A professora declarou que a mesma tem *“o papel de tornar real a leitura literária com o aluno DI e assim fazer com que eles entendam o que é literatura infantil, as vezes consegue-se obter êxito, outras vezes não”*.

Ao considerar que todo conhecimento transmitido a um aluno desempenha um papel, Brasil (1998), esclarece que no momento em que uma criança com necessidades especiais tem o contato com a literatura infantil, há uma expansão das capacidades de se comunicar e se expressar através do acesso ao mundo letrado encontrado por elas. É neste momento que o aluno com deficiência Intelectual será capaz de assimilar a fantasia da literatura à realidade do meio em que vive, esta foi a atribuição cedida pela professora entrevistada ao ser questionada a respeito dessa situação.

Ao inquirir a respeito da maneira que a literatura tem sido útil no processo cognitivo de alunos com DI e como eles reagem a esse tipo de metodologia, a professora atestou que *“observa que a Literatura Infantil as vezes traz uma perspectiva no desenvolvimento do processo de aprendizagem do aluno, mas que nem todos despertam o interesse, desta maneira, procura-se inovação nas metodologias”*.

Quanto a utilidade da literatura no processo cognitivo dos alunos com Deficiência Intelectual, os resultados da pesquisa apontam que a literatura em questão, traz uma boa perspectiva no desenvolvimento desse aluno e as autoras Freitas e Zardo (2004), pontuam que a literatura apresenta uma funcionalidade coletiva de facilitar a percepção humana e assume o papel libertador de promover uma atividade sócia cognitiva.

A indagação feita a respeito do suporte que a Literatura Infantil tem prestado ao Atendimento Educacional Especializado e às Salas de Recursos Multifuncionais como meio de construção de conhecimento dos alunos DI, ela relatou que o suporte

é dado quando *“há o despertar e o interesse pela leitura literária visual, oral e lúdica, e quando isso acontece, causa uma melhora no aprendizado desse aluno, enquanto que outros, não, porque até então a SRM não funciona como reforço escolar, mas sim como um complemento de suas habilidades”*.

Ao voltar o olhar para a construção do conhecimento dos alunos com Deficiência Intelectual e se deter nas descobertas a respeito dos recursos que estão sendo adotados pelas Salas de recursos Multifuncionais através do atendimento especializado para esses alunos, encontra-se na literatura meios de complementar as habilidades desse indivíduo. Lopes e Vieira (2012) afirmam que este complemento é encontrado no desenvolvimento das habilidades de produção e compreensão através de diversos textos com gêneros diversificados. Essa afirmativa sustenta o resultado encontrado na pesquisa realizada.

Ao solicitar à entrevistada que caracterizasse o progresso de um aluno Deficiente Intelectual quando se faz o uso da Literatura Infantil, a mesma ressalta que *“é possível observar que o progresso no desenvolvimento da aprendizagem é por parte, as vezes é lento, outras vezes há o progresso nos primeiros semestres, e há ainda um desenvolvimento extremamente lento com a demora de anos”*.

O progresso do aluno deficiente intelectual por meio da Literatura Infantojuvenil é caracterizado por Freitas (2010) como uma atividade edificadora e dinâmica que proporciona a contribuição e atuação do leitor, e por esta razão torna-se uma atividade inclusiva. Desta maneira, a partir do momento que o indivíduo tem a proximidade com a literatura, o mesmo sente apto para a participação de todo o processo de aprimoramento de suas habilidades cognitivas, assim podendo atingir o progresso que os dados coletados na pesquisa apontam.

5 CONCLUSÃO

Neste estudo, foi verificado como a literatura infantojuvenil vem sendo adotada como recurso didático dentro das Salas de Recursos Multifuncionais pelos profissionais que atuam dentro delas, para que haja o melhor desempenho do processo cognitivo dos alunos portadores da Deficiência Intelectual. O trabalho teve uma grande significação para a reflexão dessa prática no decorrer do Atendimento Educacional especializado. Visto que a literatura permeia todos os universos existentes, a literatura infantojuvenil possui uma particularidade que permite às pessoas refletirem e criarem conclusões a respeito de fatos que foram lidos ou ouvidos, o que proporciona o despertar da imaginação e o formular de idealizações.

Ao investigar esse tema, foi possível constatar que o aluno com Deficiência Intelectual, encontra na Literatura Infantojuvenil uma facilidade para a comunicação e superação de habilidade que se encontram debilitadas, o conhecido déficit no quociente de inteligência. Além de se tornar um ato de entretenimento e diversão para esses alunos, essa literatura permite ainda, auxiliar dois dos principais aspectos do ensino aprendizagem que estão em constante aperfeiçoamento: a leitura e a escrita.

Durante a pesquisa de campo, ficou evidente que o profissional que atua nesta modalidade de ensino, encontra-se na condição de facilitador de habilidades educacionais especial, uma vez que esse ambiente e esse profissional lidam com diversos tipos de alunos com deficiências e distúrbios. Por esta razão, os mesmos precisam estar capacitados e preparados didaticamente em tempo contínuo.

Entretanto, por mais desenvolvimento que seja o processo cognitivo do aluno com deficiência intelectual, o ensino escolar não terá potencial de ação suficiente para promover determinadas mudanças. Desta maneira, para que o ensino desse público tenha sucesso efetivo, se faz necessário a criação de condições para atuação ativa desse aluno, dentre elas, o uso de situações aplicadas (contextualizadas) e a atividade de habilidades positivas, não só com a intenção de diminuir as limitações existentes.

O presente trabalho não teve a intenção de propor meios ou recursos de intervenção para o ensino desses alunos portadores dessa deficiência. O objetivo foi apenas de investigar e apontar as possibilidades que a literatura infantojuvenil disponibiliza para auxiliar o processo cognitivo dos alunos deficientes intelectuais.

REFERÊNCIAS

AAIDD – American Association on Intellectual and Developmental Disabilities. **Definition of intellectual disability.** Disponível em: <http://www.aamr.org/content_100.cfm?navID=21>. Acesso em: 18 ago. 2018.

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil: gostosuras e bobices.** São Paulo: Scipione, 1997.

AGUIAR, Vera Teixeira de. Bordini, Maria da gloria. **Literatura, a formação do leitor: alternativas metodológicas.** São Paulo: Mercado do Alberto, 1988

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais:** espaços para atendimento educacional especializado. Brasília, DF: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial, 2006.

American Association on Mental Retardation. (1992). **Mental retardation: definition, classification, and systems of supports.** Washington, DC, USA: AAMR.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5.** Porto Alegre: Artmed, 2014, p. 3341.

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: Encontro & Interação.** São Paulo: Parábola, 2003.

BARRETO, Lúcia Cristina Dalago. **Sala de recursos: um estudo a respeito da aprendizagem da leitura por alunos com dificuldades escolares.** 2008. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, 2008.

BATISTA, Cristina Abranches. Mota; MANTOAN, Maria Teresa. Eglér. Atendimento educacional especializado em deficiência mental. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado:** deficiência mental. Elaboração de Adriana L. Limaverde Gomes et al. Brasília: MEC/SEED/SEESP, 2007.

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas.** Tradução de Arlene Caetano. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BRASIL, **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011. p. 12. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 03 abr. 2018.

BRASIL, **Lei Federal n. 9.394/96.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009.** Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União** Brasília, nº190, 05 de outubro de 2009. Seção 01.p.17.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado: deficiência mental.** Elaboração de Adriana L. Limaverde Gomes et al. Brasília: MEC/SEED/SEESP, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Salas de Recursos Multifuncionais: espaço para atendimento educação especializado.** Brasília: 2006, p. 17.

BRASIL, Secretaria de Comunicação Social. **Destaques:** ações e programas do Governo Federal. jul/ago. 2009b. Disponível em: <http://wikicoi.planalto.gov.br/coi/Caderno_Destaques/Destaque_julho09.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4/2009, de 2 outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 2009a. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Volume 1- Volume 3. MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Manual de Orientação: **Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais.** SEE/MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa (1º e 2º ciclos).** v.2. Brasília: Mec, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1998, p.12.

CARVALHO, Erenita Natália Soares; Carvalho, Rosita Edler; Costa, Sandra Marinho. **Política de atenção integral e integrada para as pessoas com deficiência intelectual e múltipla.** Brasília: Federação Nacional das APAES, 2011.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica.** 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COELHO, Nelly Novaes. **A literatura infantil: histórias. Teoria e análise.** São Paulo: Quiron, 1987.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática**. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2000.

COELHO, Nelly Novaes. **Panorama Histórico da literatura infantil/juvenil: das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo**. 5 ed. São Paulo: Manole, 2010.

COLOMER, Teresa; CAMPOS, Anna. **Ensinar a ler, ensinar a compreender**. Tradução Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

COUTINHO, Afrânio. **Que é literatura e como ensiná-la**. Notas de teoria literária. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

EAGLETON, Terry, 1943-. **Teoria da Literatura: uma introdução**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FLETCHER, Jack M. *et al.* **Transtornos de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial: Programa de estimulação precoce uma introdução as ideias de Feuerstein**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 39. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREITAS, Alessandra Cardoso de. **Leitura, Literatura e Inclusão: caminhos Possíveis**. In: AMARILHA, Marly (Org.) Rede de Sentidos. Educação e Leitura. Brasília: Livro Líder. 2010.

FREITAS, Soraia Napoleão; ZARDO, Sinara Pollom. **A literatura Infantil como auxílio pedagógico para uma educação inclusiva**. Partes (São Paulo), São Paulo. SP, 2004.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Políticas inclusivas na educação: do global ao local**. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de (Org.). **Educação especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Ângela. MACHADO, Andréa Carla. **A importância das causas na deficiência intelectual para entendimento das dificuldades escolares**. In: ALMEIDA, M. A. (Orgs). **Deficiência intelectual: realidade e ação**. Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE. São Paulo: SE, 2012.

LAJOLO, Marisa. **Literatura: leitores & leitura**. São Paulo, Moderna, 2001.

LAJOLO, Marisa. **Literatura: ontem, hoje, amanhã/ Marisa Lajolo**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

LOPES, Denise Maria de Carvalho; VIEIRA, Giane Bezerra. **Linguagem, Alfabetização e Letramento: O trabalho pedagógico nos três primeiros anos do Ensino Fundamental e as especificidades da criança.** In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. UFRN; CONTINUUM – Programa de Formação continuada do professor para a educação básica. Curso de Aperfeiçoamento Infância e ensino fundamental de nove anos. Módulo III - Linguagem, Alfabetização e Letramento. Natal: UFRN/CONTINUUM, 2012.

MACHADO, Ana Maria. **Como e por que ler os clássicos universais desde cedo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

MALLOY-DINIZ, Leandro Fernandes, *et al.* **Avaliação neuropsicológica.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. BRASIL. **Diferentes Diferenças: Educação de qualidade para todos.** São Paulo: Editora Publisher Brasil, 2006.

OLIVEIRA, Maria Rosa D.; PALO, Maria José. **Literatura Infantil: voz de criança.** São Paulo: Editora Ática, 2006.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento (CID-10).** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ORLANDI, Eni. **Discurso e leitura.** 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PANOZZO, Neiva Senaide Petry. **Leitura no entrelaçamento de linguagens: literatura infantil, processo educativo e mediação.** Porto Alegre: UFRGS, 2007. Tese (Doutorado) _ Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. p,90.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Consideração intempestiva sobre o ensino da literatura:** Inútil poesia e outros ensaios breves. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RODRIGUES, Edvânia Braz Teixeira. **Cultura, arte e contação de histórias.** Goiânia, 2005.

ROSS, Paulo Ricardo. **Conhecimento e aprendizado cooperativo na inclusão.** Educar em Revista, Curitiba, n. 23, p. 203-224, 2004.

SANTOS, Mônica Pereira. MOREIRA, Marcos. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006, p.33.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. **As relações entre ensino, aprendizagem e deficiência mental desenhando a cultura escolar.** 2003. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **Teoria da Literatura.** São Paulo: Editora Ática S.A., 1995.

VARGAS, Suzana. **Leitura: uma aprendizagem de prazer**. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2000.

VERDUGO, Miguel Angel. **El cambio de paradigma en la concepcion del retraso mental**: la nueva definicion de la AAMR. Ciclo Cero, vol. 25(3),1994.

ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa. **Um Brasil para crianças: para conhecer a Literatura Infantil brasileira: histórias, autores e textos**. São Paulo: Global, 1993.

ZILBERMAN, Regina. **Como e por que ler a literatura infantil brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

ZILIOTTO, Gisele Sotta. **Fundamentos psicológicos e biológicos das necessidades especiais**. 2 ed.rev. Curitiba: IBPEX; 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA - LTDA.
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

O **objetivo** desta pesquisa é de investigar como tem sido o trabalho desenvolvido na sala de recursos multifuncionais na modalidade de Educação Especial da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Oliveira de Mendonça com os alunos que possuem Deficiência Intelectual, e ainda, descobrir como a literatura infanto-juvenil tem sido utilizada neste processo

I - DADOS DO ENTREVISTADO

Escola: _____
 Sexo: () Masculino () Feminino Formação: () Graduando
 Idade: () 20 a 25 anos () 26 a 31 anos () Graduado
 () 31 a 36 anos () 36 a 41 anos () Pós-Graduado
 () acima de 42 anos
 Área de Formação: _____
 Tempo de docência: _____

II - QUESTIONÁRIO

1. Que tipo de formação você considera necessária para a atuação nas salas de recursos multifuncionais?

2. Antes de trabalhar em salas de recursos multifuncionais, que tipo de experiência profissional você teve? Assinale uma ou mais alternativas:

- () Escola especial
 () Escola comum
 () Classe especial
 () Ensino itinerante
 () Sala de recursos
 () Não tive experiências anteriores
 () Outras. Especifique: _____

3. Em que período os alunos frequentam a sala de recursos multifuncionais?

() Sempre no período oposto ao da escola.

() Sempre no mesmo período em que frequentam a escola.

() As vezes no mesmo período da sala de aula, as vezes no período oposto.

4. Em que atividade do AEE você dispõe mais tempo:

() atendimento ao aluno

() na produção de materiais

() articulação com o professor da sala de aula

() planejamento de AEE

() atendimento as famílias

() outros

5. Como professor com formação e estudante contínuo deste tipo de deficiência, quais as primordiais e importantes descobertas feitas sobre a Deficiência Intelectual?

6. Quais têm sido as metodologias adotadas por você, para o uso da literatura na Sala de Recursos Multifuncionais

7. Considerando que todo conhecimento transmitido a um aluno possui um papel, justifique qual tem sido o papel que a Literatura Infantil tem desenvolvido na vida do aluno com Deficiência Intelectual?

8. De que maneira a literatura é útil no processo cognitivo de alunos com Deficiência Intelectual? E como eles reagem a esse tipo de metodologia?

9. Qual o suporte que a literatura infantil tem prestado ao AEE, e SRM como recurso de construção de conhecimento dos alunos com DI?

10. Como você caracteriza o progresso de um aluno DI, quando se faz o uso da Literatura Infantojuvenil?
